



ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO DE PRONUNCIAMENTOS DA POLÍCIA MILITAR DO ESPÍRITO SANTO DURANTE MANIFESTAÇÕES POPULARES

Joelson Rocha¹, Micheline Mattedi Tomazi²
UFES
Vitória, ES
joerocha@hotmail.com, mimattedi@hotmail.com

RESUMO

Esta pesquisa se propõe a analisar as estratégias discursivas empregadas nos pronunciamentos oficiais da Polícia Militar em um dos protestos ocorridos nos meses de junho e julho de 2013, no estado do Espírito Santo. Para tanto, valemo-nos dos parâmetros teóricos e metodológicos dos Estudos Críticos do Discurso (ECD), de van Dijk (2003, 2010, 2012) e também dos estudos sobre o discurso das mídias, de Charaudeau (2012). Nas análises, verificou-se de que forma as estruturas discursivas são construídas, para negar sutilmente o excesso de força coercitiva, garantindo legitimidade às ações da corporação.

0 INTRODUÇÃO

Os protestos ocorridos em várias cidades brasileiras, nos meses de junho e de julho de 2013, foram marcados por diversos confrontos entre policiais e manifestantes. No Espírito Santo, as autoridades militares, valendo-se do espaço propiciado pelos jornais locais, buscaram justificar as ações da Polícia Militar, consideradas por alguns setores violentas. Este trabalho visa a analisar esses pronunciamentos institucionais mediados pela imprensa capixaba, com o objetivo de verificar as estratégias discursivas utilizadas pelos oficiais, como forma de justificar a força empregada durante as manifestações e de legitimar o papel da polícia junto à população e ao Estado.

Para isso, selecionaram-se duas entrevistas publicadas no jornal A Gazeta, em 28 de junho, nas quais representantes da Polícia Militar justificam o trabalho da corporação no dia anterior. Esses pronunciamentos foram submetidos aos parâmetros teóricos e aos procedimentos de análise propostos pelos Estudos Críticos do Discurso (ECD). Nesse campo de estudo, van Dijk (2003, 2010, 2012) analisou as estruturas e estratégias das construções discursivas no exercício ou legitimação do poder. Acredita-se que essas falas se valham dessas diversas estratégias para negar a violência empregada para conter os manifestantes. Esta pesquisa também se articula aos estudos dos discursos da mídia, realizados por Charaudeau (2012), já que esses pronunciamentos foram publicados em domínio midiático.

Tal análise parte da hipótese de que os locutores desses discursos oficiais selecionam determinadas formas linguísticas para um gerenciamento global da imagem. Dessa forma, constroem um discurso que legitima as

estruturas de poder vigente, buscando consenso e, conseqüentemente, hegemonia.

1 OS ESTUDOS CRÍTICOS DO DISCURSO (ECD) COMO INSTRUMENTO DE ANÁLISE DA REPRODUÇÃO DISCURSIVA DO ABUSO DE PODER

Para van Dijk (2010, p. 177), embora o exercício do poder seja fundamental para o funcionamento das sociedades, há práticas abusivas do poder, que se revelam nas estruturas discursivas de grupos ou instituições. Assim, as pesquisas no campo dos Estudos Críticos do Discurso têm a intenção de verificar como as estruturas discursivas podem variar ou serem influenciadas pelas composições sociais. Para isso, recorre-se às variações, como a estruturação dos elementos constituintes das frases, a seleção lexical, a semântica das pressuposições, o encaminhamento argumentativo e as estratégias de polidez, por exemplo.

Para o autor, os grupos de poder agem pelo controle do discurso e, por consequência, pelo controle das mentes. O acesso ao conhecimento e à informação é notadamente constituído pela definição de quem tem acesso à produção dos discursos. A maioria das pessoas possui apenas afluência às conversas familiares ou a espaços controlados de participação, como um aluno em uma aula ou uma testemunha de um acidente em uma notícia. Se discursos públicos são produzidos por agentes específicos, que controlam o conteúdo e o gênero dos discursos, a repetição deles pode criar base consensual propícia à formação de hegemonia.

¹ Professor do Ensino Médio no Colégio Marista Nossa Senhora da Penha, Professor do Ensino Médio do Sistema Educacional Brasileiro e Pesquisador do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES).

² Professora do Departamento de Línguas e Letras na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), professora permanente no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PPGEL/UFES), pesquisadora e líder do Grupo de Estudos sobre Discurso Midiático (GEDIM/UFES) e pesquisadora do Grupo de Estudos sobre a Articulação do Discurso (GEArtD/UFMG).

2 O DISCURSO OFICIAL NOS MEIOS JORNALÍSTICOS

O controle do discurso público inclui os pronunciamentos oficiais. Para van Dijk (2010, p. 73), “a mídia jornalística decide quais atores serão representados na arena pública, o que será dito a respeito dele e, em especial, como será dito”. Isso ocorre por meio do uso seletivo de fontes de informação, rotinas jornalísticas consagradas e seleção de assuntos para as histórias. Diante de acontecimentos que envolvam as corporações, organizações ou órgãos públicos, a fala institucional exerce forte peso na formação da opinião pública, visto a notoriedade que ela adquire em comparação aos depoimentos de pessoas comuns envolvidas no mesmo episódio. Enquanto fontes comuns são entrevistadas no próprio local do fato relatado, sob forte pressão emocional, as fontes oficiais são entrevistadas em seus escritórios ou gabinetes, locais silenciosos. Essa condição de produção privilegiada apresenta forte repercussão, já que às falas institucionais é oferecido tempo de elaboração, enquanto as falas populares são produzidas sob o efeito do acontecimento.

O acesso a específicas formas de discurso também contribui para a promoção de legitimidade aos discursos oficiais. Constantemente as declarações ou justificativas são publicadas sob a forma de notas oficiais, gênero a cuja produção a maioria das pessoas não têm acesso. Outros exemplos dessas formas privilegiadas de discurso são as entrevistas coletivas à imprensa e o *press release*.

Enquanto isso, a mídia vai cristalizando consensualmente em verdade aquilo que é dito por quem tem acesso ao discurso, ou seja, por quem detém o poder hegemônico. Tal tendência ao consenso do discurso oficial sobre a opinião pública pode ocorrer porque essas condições de produção privilegiadas produzem, sobre o que é dito oficialmente, um *efeito de verdade*. Esse conceito foi explicitado por Patrick Charaudeau (2012, p. 49). Para o autor, trata-se daquilo que o sujeito, a partir de sua subjetividade em relação com o mundo, acredita ser verdadeiro, aderindo a essa ideia.

Esse controle sobre quem produz os discursos públicos condena o público comum a ter voz apenas nas conversas cotidianas com membros de família, com amigos ou colegas de trabalho. Em caminho oposto, os discursos oficiais vão adquirindo efeito de verdade e se tornando consenso entre a opinião pública. Fica evidente, nesse processo todo, o consequente controle das mentes.

3 ESTRATÉGIAS E ESTRUTURAS DISCURSIVAS

Conforme defende van Dijk (2010), há sistemas e estruturas variáveis da fala ou da escrita, adaptáveis aos interesses do locutor, elementos e estruturas que podem variar, de acordo com a situação social do discurso. São essas possibilidades de adaptação e de escolhas que permitem descrições qualitativas dos detalhes das estruturas discursivas.

Essas variações podem ser perceptíveis em vários níveis. van Dijk (2010, p. 136-137) enumera uma lista dessas estruturas variáveis, que possibilitam verificar intenções discursivas de preservação de poder. A sequência inclui a sintaxe, já que a maneira como se sequenciam os termos de uma frase pode ser um indicador de discurso tendencioso. É possível enfatizar ou atenuar ações manipulando os

termos que ocupam as posições mais importantes e de maior visibilidade da frase. van Dijk afirma ainda que estudos verificaram ocupações de posições mais topicalizadas quando se trata da ação negativa das minorias, mas quando as autoridades estão ligadas a atos negativos, aparecem em posições posteriores ou são deixados de fora da sentença.

Outro recurso de representação negativa do outro está nas escolhas lexicais: “poucas categorias contextuais não são de modo algum marcadas pela escolha do léxico” (VAN DIJK, 2012, p. 238).

van Dijk (2010, p. 62) identifica ainda a presença de estratégias globais que podem revelar depreciação ou valorização. Trata-se da “autoapresentação” positiva e da “outroapresentação” negativa.

Um processo discursivo de autoapresentação positiva e outroapresentação negativa particularmente importante a esta pesquisa está nas estratégias sutis de *negação*. Para van Dijk (2010, p. 157 -158), especificamente quanto ao discurso racista nas conversações diárias, as falas tendem a incluir *ressalvas* e outras formas de *negação*.

Existem outras estratégias cognitivas e sociais que, de uma forma ou de outra, estão relacionadas às negações. A *justificativa* é um recurso recorrente nas negações. Às vezes, pode aparecer em forma de *desculpa*, mas também pode caracterizar o ato negativo como sendo de legítima defesa ou produzido por culpa do outro. Nesse recurso, o ato em si não é negado, mas nega-se a responsabilidade, já que o outro é o culpado. Esse tipo de justificativa, baseado na transferência da culpa, caracteriza a *escusa*. Em um grau mais acentuado, pode chegar à *provocação e culpa* da vítima. Ainda existe a *reversão*. Por meio dessa estratégia, o outro é que é visto como intolerante, como violento, como antidemocrático. A reversão é, portanto, uma estratégia de contra-ataque.

A partir desses conceitos, pretendemos analisar as propriedades discursivas utilizadas nas falas oficiais da Polícia Militar, a fim de descrever os processos por meio dos quais se construíram as justificativas para o uso de força coerciva nas ações dessa corporação durante as manifestações ocorridas em junho e julho de 2013.

4 ANÁLISE CRÍTICA DOS PRONUNCIAMENTOS

As entrevistas publicadas em 28 de junho, que foram analisadas, referem-se a uma manifestação que, de acordo com a própria edição do jornal, provocou prejuízos da ordem de 6 milhões a comerciantes de Vitória. A operação da polícia foi fortemente criticada pelos esses proprietários, que viram nessa corporação incapacidade de conter as ações contra eles.

Preliminarmente, a análise das condições de produção revela muito sobre o efeito de verdade produzido pelos discursos oficiais dos representantes da Polícia Militar. Pode-se dizer que as falas foram produzidas em condições privilegiadas. As justificativas não surgiram de um participante direto do acontecimento. A voz que fala pela corporação se manifesta pelo secretário estadual de Segurança, André Garcia, e comandante-geral da Polícia Militar, coronel Edmilson Santos. As fotos que acompanham o texto demonstram que eles falam de seu local de trabalho; portanto, longe da tensão e tumulto das manifestações. Em contraposição a essas condições, os manifestantes foram sempre entrevistados nas ruas, sendo

que os acusados de vandalismo ou de radicalidade, especificamente, não apresentaram falas em nenhum dos quatro textos estudados.

Outro privilégio percebido está no gênero do discurso a que a corporação tem acesso, diferentemente dos manifestantes comuns. Nos textos analisados, as declarações e justificativas oficiais vieram sob forma de entrevistas do secretário estadual de Segurança e do comandante-geral da Polícia Militar.

Especificamente quanto ao texto escrito, o léxico utilizado por esses representantes da segurança pública demonstra uma tentativa de desqualificar os manifestantes. A referência feita pelo secretário ao grupo se realizou por *bandidos infiltrados, baderneiros enfrentando o Estado, vândalos, pessoas armadas e pessoas perigosas*. Também o comandante-geral da Polícia Militar utilizou-se dos termos *vândalos* e *criminosos*. Essas referências são acompanhadas de outros elementos lexicais que compõem uma representação negativa e estereotipada dos manifestantes: expressões como *prática de crimes, vandalismos* e *saques* acompanham as descrições desse grupo.

As palavras ou expressões que se referem à corporação estão sempre relacionadas à função oficial desses agentes da segurança, o que reforça profissionalismo, ou ao caráter institucional da corporação. Eles são tratados por policiais, *a polícia, o policiamento, a PM, policiais do setor de inteligência, a tropa, Estado, efetivo, segurança pública, policiamento velado, flancos de atuação*. A comparação entre os tratamentos deixa clara a polarização: de um lado, manifestantes radicais, violentos, criminosos; de outro, profissionais, estrategistas, organizados, oficiais.

Os elementos linguísticos que preenchem as posições sintáticas das frases proferidas pelos representantes da Segurança Pública também revelam um discurso polarizado. Sempre que as ações dos manifestantes são negativas, os agentes são colocados em posições de destaque, como o sujeito da sentença. Em contrapartida, nas descrições das ações previsivelmente mais condenadas pela opinião pública, o agente da ação é escondido em posições menos visíveis ou é excluído da sentença. Um exemplo disso está na frase “Para evitar que isso acontecesse, impedimos que a população subisse a pé de Vila Velha para Vitória”, em que o sujeito não é claro. Já em “Um dos rapazes presos ontem estava com uma pistola 380...”, que traz uma ação negativa dos manifestantes, nota-se o sujeito claro.

Esses exemplos comprovam a criação, pelas autoridades de segurança, de um discurso polarizado, impregnado de estratégias de autoapresentação positiva e de outro-apresentação negativa. O próprio objetivo maior desses pronunciamentos, a justificativa das operações policiais, também obedece a essa intenção discursiva e cognitiva. Na busca de legitimação às ações, nega-se a violência das intervenções policiais por meio de *ressalvas e reversões*.

Isso fica claro em frases do tipo: “Para evitar que isso ocorresse, impedimos que a população subisse a pé de Vila Velha para Vitória”. Nesse pronunciamento, é clara a transferência de culpa e a inversão dos papéis. De acordo com o que foi dito pelo oficial, foi a “população” que provocou a ação violenta da polícia.

Essas estratégias discursivas analisadas aqui comprovam a criação de um discurso que nega a força excessiva da polícia, ao mesmo tempo em que transfere a culpa para o outro grupo. Dessa forma, produz-se um efeito de verdade, que pode ser aceito plenamente ou parcialmente pela opinião pública.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos pronunciamentos oficiais dos representantes da polícia, quando submetidos aos parâmetros teóricos e procedimentos de abordagens dos Estudos Críticos do Discurso revelaram estratégias discursivas que intencionam a legitimidade das operações policiais durante as manifestações nas cidades de Vitória e de Vila Velha, em junho e julho de 2013. Por meio de uma escolha lexical tendenciosa, detalhamentos ou imprecisões de ações negativas, manipulação sintática dos termos das sentenças, entre outros recursos linguísticos, representaram-se negativamente os manifestantes e positivamente a corporação do Estado.

Esse tipo de discurso pode, se não houver um olhar atento de seu ouvinte ou leitor, produzir efeito de verdade, constituindo consenso entre a opinião pública e perpetuando o abuso de poder, tanto coercitivo, quanto discursivo. Por isso, é preciso investir numa educação discursiva, que atenua a perpetuação desses discursos hegemônicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- [1] CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Tradução de Ana M. S. Corrêa. 2. ed., 1ª. reimpressão. São Paulo: Contexto, 2012.
- [2] FERNANDES, V. “Protesto tinha mil bandidos armados”. In: *Jornal A Gazeta: Cidades*. 28 de junho de 2013, p. 10.
- [3] VAN DIJK, T. A. *Ideologia y discurs: una introducción multidisciplinaria*. Madri: Ariel Linguística, 2003.
- [4] _____. *Discurso e poder*. São Paulo: Contexto, 2010.
- [5] _____. *Discurso e contexto: uma abordagem sociocognitiva*. Tradução de Rodolfo Ilari. São Paulo: Contexto, 2012.

ANEXO

Anexo 1 – Entrevistas (A GAZETA, 28/06/2013, p. 10).

O POVO VAI ÀS RUAS

“PROTESTO TINHA MIL BANDIDOS INFILTRADOS”

Para secretário de Segurança, solução não é questão de efetivo

VILMARA FERNANDES
vfernandes@idegazeira.com.br

O secretário estadual de Segurança, André Garcia, disse ontem que a polícia não vai medir esforços para enfrentar baderneiros que estão infiltrados nos protestos. Ele destaca que existem vários grupos que estão atentando contra a segurança pública, se utilizando do movimento que está nas ruas como escudo protetor para a prática de crimes. E não é um grupo pequeno, acrescenta Garcia. “No protesto da última quarta-feira, num universo de 5 mil pessoas, quase mil eram baderneiros”, afirmou.

Que avaliação o senhor faz dos protestos?

O que observamos nas últimas duas edições é a presença forte de grupos infiltrados. E não é um grupo pequeno. Num universo de 5 mil pessoas, como a manifestação de ontem (quarta-feira), quase mil eram baderneiros enfrentando o Estado, porque ao enfrentar a polícia você enfrenta o Estado. Realizaram saques, assaltos, depredações, praticaram o que o movimento não pregou na marcha dos 100 mil (no último dia



MARCOS FERNANDES - 10/06/2012

“Criminosos usam protestos como escudo para a prática de crimes”, afirma Garcia

20, quando esse número de pessoas foi às ruas na Grande Vitória).

APolícia Militar precisa de reforço, como o da Força Nacional de Segurança?

Não há polícia no Brasil que consiga suportar esta movimentação que está acontecendo. Estamos acompanhando outros Estados, como São Paulo, que tem o maior efetivo da América Latina; Minas Gerais, onde estão ocorrendo muitos problemas; Rio de

Janeiro. Portanto, não é uma questão de efetivo. Estamos vivendo um momento em que vários grupos estão atentando contra a segurança pública e, infelizmente, se utilizando de um movimento legítimo como escudo protetor para a prática de crimes.

Há preocupação com os próximos protestos?

Infelizmente, posso dizer para a população que, havendo confronto, vai haver confusão. A polícia es-

tá preparada para evitar que isso aconteça, mas, se ocorrer, vamos utilizar todos os meios, inclusive o policiamento velado, para identificar os vândalos. Estamos analisando várias imagens para que a gente possa antecipar a atuação desses grupos.

Houve erro na atuação da polícia durante o protesto da última quarta-feira, na Terceira Ponte?

Tínhamos informações de que haveria enfrenta-

“Muitos estão se aproveitando do movimento. Prendemos pessoas armadas com pistola, com carabina 44”

ANDRÉ GARCIA
SECRETÁRIO ESTADUAL DE SEGURANÇA

mento na ponte. É bom destacar que a ponte era o alvo. Dizem que estamos protegendo um bem privado, mas a ponte é um patrimônio público, sob administração privada. Havia um interesse de colocar uma linha do Batalhão de Missões Especiais (BME), que estava lá na ponte, em dois flancos de atuação, um atrás e outro na frente. Algo que, sob o ponto de vista da segurança, é muito perigoso, porque teríamos um enfrentamento com pessoas no vão central. Para evitar que isso ocorresse, impedimos que a população subisse a pé de Vila Velha para Vitória.

O problema ocorreu quando essas pessoas subiam a ponte.

Fomos coletando informações e vimos o perfil de quem estava subindo. Havia manifestantes pacíficos, mas havia outros com perfil de enfrentamento. Não atuamos apenas com suposições, mas com informações de quem está em campo.

Que orientação o senhor dá para a população amanhã?

Não posso desmobilizar o movimento, porque não é proposta do poder público. Se eu tivesse condições de dizer algo é que o movimento está perdendo seu propósito. Isso está evidente. Muitos estão se aproveitando do movimento. E essas pessoas perigosas — prendemos pessoas armadas com pistola, com carabina 44 — estão do seu lado, do lado de um pai, de uma mãe de família, de uma criança. Quem garante que essa arma não vai ser utilizada? Ou em que momento ela vai ser utilizada? É algo a se pensar. Acho que o movimento já perdeu a sua característica, que foi a beleza da marcha dos 100 mil.

“Sem ação da PM, haveria o dobro de crimes”

O comandante-geral da Polícia Militar, coronel Edmilson Santos, garante que havia um grande número de policiais destinado a prevenir os saques a comércio durante a manifestação de quarta-feira e que, se a PM não tivesse agido, o número de crimes teria sido pelo menos o dobro.

Nessa quarta-feira, por que a polícia impediu a passagem dos manifestantes no meio da ponte?

Foi bem no início da ponte e não no meio. A partir do momento que a polícia rece-

beu a informação de que havia um número muito grande de vândalos entre manifestantes, demos a determinação de que os policiais impedissem a passagem a partir dali, porque houve preocupação com depredações e saques. A PM sempre age com a intenção de preservar a segurança e a integridade física das pessoas de bem que estão protestando.

Por que não havia mais policiais tentando evitar saques ao comércio?

Os policiais que estavam na Praça do Pedágio eram

da tropa de choque, que não é destinada a policiamento preventivo. Mas havia um número de policiais muito grande destinado para resguardar a segurança dos manifestantes e agir nos casos de vandalismo e saques. O problema é que o número de criminosos com o objetivo de vandalizar e saquear o comércio era muito grande. Conduzimos ao DRJ de Vitória 150 pessoas. O delegado teve que pedir reforço para que os presos fossem vigiados, enquanto PMs voltavam à manifestação para continuar

prendendo. Pode ter certeza de que, se a PM não tivesse agido, teria havido pelo menos o dobro de crimes.

Por que a polícia não consegue impedir a ação dos saqueadores e vândalos?

As manifestações têm trazido um número cada vez maior de criminosos. Um dos rapazes presos ontem (quarta) estava com uma pistola 380; e o outro, com uma carabina 44. Abordar uma pessoa dessas pode gerar muito pânico. Pessoas podem ser baleadas. No meio da correria, cidadãos

RICARDO MEDEIROS/ARQUIVO



Comandante: “Estratégia definida durante protesto”

podem ser pioteados e até morrer. Por isso, temos que ter muita cautela. Há policiais do setor de inteligência

infiltrados entre os manifestantes. A gente observa, identifica o criminoso e, na hora certa, aborda.

Como a polícia agirá hoje?

A PM não vai agir de maneira repressora, mas para assegurar a integridade física dos manifestantes e evitar crimes. A estratégia será definida de acordo com informações na hora do protesto. A gente pede que os cidadãos de bem pensem duas vezes antes de ir ao protesto, pois o contingente de bandidos nas manifestações com o objetivo único de praticar crimes contra o patrimônio é muito grande.